
Impacto das Escolas de Gestão Compartilhada no IDEB do Distrito Federal: Uma Análise Comparativa de 2007 a 2024

Impact of Shared Management Schools on the IDEB of the Federal District: A Comparative Analysis from 2007 to 2024

João Daniel da Silva Filgueira¹
Sibele Soares Rocha²

RESUMO

As Escolas de Gestão Compartilhada (EGCs) do Distrito Federal são uma política pública que une as secretarias de Educação e Segurança Pública para melhorar os resultados educacionais em ambientes vulneráveis. Este estudo avalia o impacto dessa intervenção no principal indicador de qualidade da educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O objetivo é analisar quantitativamente o desempenho de 16 escolas do programa, comparando suas trajetórias antes e depois da adoção do modelo. A metodologia baseou-se na análise das séries históricas do IDEB de 2007 a 2024, utilizando modelagem de tendências para aferir as variações no desempenho. Os resultados indicam que 50% das escolas analisadas apresentaram melhora em sua tendência de desempenho, enquanto 18,75% registraram queda e 31,25% não possuíam dados suficientes para uma análise conclusiva. Notavelmente, observou-se também que, após a implementação do projeto, ao menos duas escolas do modelo passaram a figurar consistentemente entre as dez melhores do DF no IDEB do Ensino Fundamental II, um padrão não verificado no período anterior. Embora os desafios para a consolidação dos resultados persistam, os dados sugerem uma correlação positiva entre o modelo de gestão e a melhoria do desempenho acadêmico, oferecendo evidências relevantes para o debate e o aprimoramento de políticas educacionais no Distrito Federal.

Palavra-chave: Escolas de Gestão Compartilhada. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Indicador de Vulnerabilidade Escolar. Escolas Cívico-Militares. Militarização.

ABSTRACT

The Shared Management Schools (EGCs) in the Federal District are a public policy joining the Secretariats of Education and Public Security to improve educational outcomes in vulnerable environments. This study evaluates the impact of this intervention on the main indicator of educational quality, the Basic Education Development Index (IDEB). The objective is to quantitatively analyze the performance of 16 schools in the program, comparing their trajectories before and after the model's adoption. The methodology was based on the analysis of historical IDEB data series from 2007 to 2024, using trend modeling to assess performance variations. The results indicate that 50% of the analyzed schools showed an improvement in their performance trend, while 18.75% experienced a decline, and 31.25% lacked sufficient data for a conclusive analysis. Notably, it was also observed that after the project's implementation, at least two schools from the model began to consistently feature among the top ten in the Federal District's IDEB for the final years of elementary school, a pattern not seen in the previous period. Although challenges for the consolidation of these results remain, the data suggests a positive correlation between the management model and academic performance improvement, providing relevant evidence for the debate and enhancement of educational policies in the Federal District.

Keywords: Shared Management Schools. Basic Education Development Index (IDEB). School Vulnerability Indicator. Civic-Military Schools. Militarization.

¹ <http://orcid.org/0009-0008-7280-1364>

² <http://orcid.org/0009-0003-0174-8993>

1 INTRODUÇÃO

As Escolas de Gestão Compartilhada (EGCs) são uma iniciativa inovadora e representam uma política pública de intervenção direta no ambiente escolar, fruto de uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF). O programa foi estruturado com o duplo objetivo de aprimorar a segurança e, principalmente, melhorar os indicadores educacionais. Desde a implementação dos pilotos em 2019, essas escolas têm se destacado por seu modelo de gestão conjunta, no qual a SEEDF conduz a gestão pedagógica, enquanto a SSP/DF, por meio da Polícia Militar (PMDF) e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), gerencia a disciplina escolar e a promoção de uma cultura de paz.

O projeto, organizado pela Portaria Conjunta nº 22, de 28 de outubro de 2020, visa promover um ambiente educacional mais seguro e estruturado, buscando a melhoria dos indicadores educacionais e a redução da evasão escolar, segundo a ideia de que a mudança de práticas disciplinares e a garantia de ambiente escolar mais seguro podem impactar positivamente o desempenho acadêmico e a permanência dos alunos na escola (Distrito Federal, 2020).

Um dos principais parâmetros para avaliar a qualidade das EGCs é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB é um indicador usado pelo Ministério da Educação (MEC) que combina taxas de rendimento escolar e proficiência. A análise do IDEB permite monitorar a evolução das políticas educacionais e identificar estratégias eficazes para melhorar o ensino (INEP, 2025).

A violência escolar é um dos fatores que mais impactam negativamente o IDEB. A violência incide no fluxo escolar e consequentemente no abandono, por isso a presença policial pode reduzir esse índice, elevando o IDEB. O 1º Boletim Técnico "Escola que Protege" - Dados sobre Violências nas Escolas (2024), elaborado pelo MEC com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e a Unesco no Brasil, destaca como o medo e a insegurança prejudicam a aprendizagem e incentivam a evasão. A violência dentro e ao redor das escolas pode desorganizar o processo de ensino e afetar a percepção de segurança da comunidade. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE quantificam essa conexão, revelando que o percentual de pessoas que relatam insegurança atinge 41,7% em áreas onde estão localizadas escolas com indicadores de desempenho mais baixos. Em contraste, esse índice cai para 25,9% em regiões cujas escolas apresentam resultados educacionais superiores, evidenciando a forte relação entre a qualidade da instituição de ensino e a sensação de segurança na comunidade (MEC, 2024).

A presença de estruturas institucionais adequadas

é essencial para prevenir e responder à violência escolar, reduzindo a evasão. O Censo Escolar de 2023, no entanto, aponta que apenas 4% das escolas possuem profissionais ou professores treinados para o enfrentamento de emergências e violência (MEC, 2024).

Miranda e Silva (2023) apontam que as pesquisas sobre escolas cívico-militares no Brasil ainda são escassas, concentradas principalmente no Centro-Oeste e Sudeste, com destaque para Goiás. Apesar da relevância do tema, o debate sobre as escolas cívico-militares é frequentemente mais focado em aspectos disciplinares do que em resultados de desempenho. Conforme aponta a literatura, há uma carência de estudos quantitativos que avaliem o impacto do modelo na qualidade do ensino de forma comparativa e longitudinal. É para preencher essa lacuna que este trabalho se debruça sobre os dados, buscando responder à seguinte questão: a implementação da Gestão Compartilhada produziu uma alteração estatisticamente significativa na trajetória de desempenho do IDEB das escolas participantes, quando comparada ao seu próprio histórico?

O modelo cívico-militar é alvo de debate por sua ênfase na disciplina e no rendimento acadêmico. Governos e a mídia destacam a redução da violência e da evasão escolar nessas instituições, com dados do MEC apontando quedas significativas nesses índices. O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) também reconhece a eficácia da Gestão Compartilhada na prevenção de agressões. No entanto, críticos do modelo afirmam que ele compromete princípios educacionais ao impor uma lógica hierárquica e disciplinar, sendo considerado por alguns uma forma de necropolítica (CONSED, 2022 e Tomasini, Pereira e Holanda, 2023).

Diante desse cenário, este estudo propõe analisar os impactos do modelo de Gestão Compartilhada no IDEB das escolas participantes, comparando seu desempenho antes e depois da implementação das EGCs, utilizando dados do IDEB de 2007 e 2024. O estudo busca responder se a implementação das Escolas de Gestão Compartilhada no Distrito Federal teve um impacto estatisticamente significativo na melhoria do IDEB das unidades participantes.

A hipótese central deste estudo é que o modelo de Gestão Compartilhada contribuiu significativamente para a melhoria dos indicadores educacionais. Espera-se que a redução da evasão escolar, um dos focos do programa, seja percebida pela elevação da nota do IDEB, uma vez que a taxa de aprovação compõe a fórmula do indicador. Para testar esta hipótese, a análise se concentra em 16 das 23 EGCs existentes no Distrito Federal (8 sob gestão da PMDF e 15 do CBMDF), selecionadas por possuírem um histórico de dados que permite a avaliação de impacto.

A metodologia compara o desempenho dessas escolas com a média distrital de controle e emprega uma análise estatística de relevância das variações nas médias de desempenho, aferida por meio de testes de significância estatística, considerando um nível de significância de $p < 0,05$, que inclui modelagem de tendências, variações

percentuais e testes de significância para avaliar a relevância das alterações no IDEB.

2 AS ESCOLAS DE GESTÃO COMPARTILHADA (EGCs)

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), criado pelo Governo Federal em 2019 por meio do Decreto nº 10.004/2019, implementava um modelo educacional de Gestão Compartilhada entre civis e militares, visando melhorar o ambiente escolar, aumentar o desempenho acadêmico e fortalecer valores como cívismo e disciplina. A administração das escolas era dividida entre educadores e militares. O programa era voluntário, dependendo da adesão de estados, municípios e da comunidade escolar, e priorizava escolas em áreas de vulnerabilidade social com baixo desempenho no IDEB.

Apesar de seus objetivos, o Pecim enfrentou críticas por ser considerado um modelo uniformizador, pela falta de transparência sobre custos e benefícios, e pela alegação de interferência ideológica dos militares, comprometendo a autonomia dos professores. Em julho de 2023, o Pecim foi revogado pelo Decreto nº 11.611/2023 (Nakata, 2021; Tomasini, Pereira e Holanda, 2023).

Santos, Alves, Mocarzel e Moehlecke (2019) afirmam que a militarização das escolas públicas no Brasil não é uma iniciativa recente, e apesar da revogação do programa federal, alguns estados, como São Paulo, Goiás, Paraná, Rio de Janeiro e o Distrito Federal (DF), demonstraram interesse em manter ou expandir modelos próprios de escolas cívico-militares ou de Gestão Compartilhada. Nakata (2021) complementa que existem diversos modelos de escolas militares voltadas à educação básica, todos regidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB).

O primeiro modelo de gestão militarizada é o dos Colégios Militares, que integram o Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB), organizados pelo Exército Brasileiro (EB), com foco no ensino preparatório e assistencial. Esses colégios buscam reduzir desigualdades enfrentadas por famílias de militares, com gestão pedagógica e administrativa sob responsabilidade do EB, e atualmente existem 15 unidades vinculadas ao SCMB (DEPA, 2025).

Outro modelo de gestão militarizada é adotado no DF pelos Colégios Militares, explica o autor. O Colégio Militar Tiradentes, mantido pela PMDF e o Colégio Militar Dom Pedro II, mantido pela Associação de Pais, Alunos e Mestres (APAM/CMDP II), por meio de um convênio, priorizam o atendimento aos dependentes dos militares integrantes da SSP/DF.

O terceiro modelo surgiu em Goiás com os Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG), pioneiros na adoção de gestão militarizada, que inspiraram a Política Pública do Pecim. Esse modelo possui mais de 60 unidades em Goiás (Nakata, 2021 e CEPMG, 2025).

Considerando a complexidade e as dimensões do Brasil, é difícil conceber um modelo que não permita

ajustes e adaptações, levando em conta as peculiaridades regionais. Santos, Alves, Mocarzel e Moehlecke (2019) destacam que existem variações regionais, com escolas administradas pelas SSP por meio de convênios e secretarias municipais de educação que contratam pacotes educacionais voltados à militarização. Algumas escolas privadas também seguem essa tendência, se autodenominando "escola da PM" ou "escola do bombeiro".

No DF, quatro escolas aderiram ao Pecim durante sua vigência: Centro de Ensino Fundamental (CEF) 507 de Samambaia, Centro Educacional (CED) 416 de Santa Maria, CEF 05 do Gama e CEF 04 de Planaltina. Com a descontinuidade do programa federal, essas escolas foram integradas às EGCs.

As EGCs no DF se diferenciam dos modelos exclusivamente militarizados, sendo organizadas em três níveis de gestão: a Gestão Estratégica, conduzida por um Comitê Gestor compartilhado entre a SEEDF e a SSP/DF, presidido alternadamente a cada dois anos; a gestão pedagógica, sob responsabilidade da SEEDF; e a gestão disciplinar-cidadã, coordenada pela SSP/DF e executada pela PMDF e/ou CBMDF. O projeto iniciou com um piloto em quatro escolas (CED 03 de Sobradinho, CED 308 do Recanto das Emas, CED 01 da Estrutural e CED 07 da Ceilândia), aprovado pela Portaria Conjunta nº 01/2019 e acompanhado pela Nota Técnica nº 001/2019 da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (Proeduc), com a Câmara Legislativa do DF votando pela continuidade do projeto (Nakata, 2021; Tomasini, Pereira e Holanda, 2023).

Para implementar as EGCs, o Governo do Distrito Federal (GDF) criou um Grupo de Trabalho que organizou uma audiência pública com mais de 300 participantes, incluindo autoridades, diretores, professores e estudantes, promovendo um debate equilibrado. Segundo Campos (2019), ao final do primeiro ano letivo, 84,9% da comunidade escolar aprovou a iniciativa. Atualmente, as EGC representam 2,78% das 825 escolas públicas do DF (Distrito Federal, 2025).

A seleção das EGCs baseou-se no Indicador de Vulnerabilidade Escolar (IVE) elaborado pela SSP/DF. O IVE é um índice desenvolvido para medir o grau de fragilidade de uma escola com base em fatores pedagógicos e de segurança, auxiliando na priorização de instituições que necessitam de suporte. Ele se relaciona diretamente com o IDEB, incorporando a nota desse indicador como um dos fatores de análise, invertendo sua escala para manter a coerência com os demais critérios (quanto maior a vulnerabilidade, maior o IVE). Além do IDEB, o IVE considera a taxa de reaprovação, o abandono escolar e os registros de violência escolar (SSP/DF, 2019).

O cálculo do IVE envolve um modelo estatístico que combina múltiplas variáveis ponderadas, atribuindo pesos proporcionais à sua relevância. A equação utilizada é:

$$IVE = \frac{tx + (rmxp2) + (xp3) + (amxp4)}{p1 + p2 + p3 + p4}$$

Onde:

tx = Taxa de ocorrência de violência escolar
 rm = Reprovação média
 ni = Nota do IDEB (invertida)
 am = Abandono médio
 $p1, p2, p3, p4$ = Pesos atribuídos a cada variável

O método utiliza o Coeficiente de Correlação de Pearson. A nota técnica da SSP/DF observou uma correlação positiva entre taxa de reprovação e abandono escolar, enquanto o IDEB mostrou correlação negativa com os demais fatores, evidenciando que escolas com melhor desempenho acadêmico tendem a apresentar menos vulnerabilidades (Nakata, 2021 e SSP/DF, 2019).

A seleção das EGCs foi baseada na classificação gerada pelo IVE, garantindo que aquelas com maior vulnerabilidade fossem priorizadas para receber suporte. A definição dos pesos atribuídos às variáveis seguiu critérios técnicos, considerando a influência de cada fator na vulnerabilidade geral da instituição. A taxa de ocorrências teve um peso elevado devido ao impacto direto da violência na dinâmica escolar, enquanto a reprovação, o abandono e o IDEB foram ponderados para equilibrar a influência da qualidade educacional na avaliação final.

A adesão da comunidade escolar é um requisito essencial para aprovação do modelo na escola. As EGC não alteram as estratégias de matrículas da SEEDF, nem os itinerários das escolas por etapas de ensino e, diferentemente dos Colégios Militares, as EGC não reservam vagas para dependentes de militares, nem exigem contribuição financeira dos alunos, nem para ingresso ou mesmo para a manutenção. Além disso, os uniformes são fornecidos gratuitamente (Nakata, 2021).

3 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

O IDEB, variando de 0 a 10, mede o desempenho educacional com base nas avaliações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que avaliam habilidades em língua portuguesa e matemática, e a taxa de aprovação do Censo Escolar, refletindo a progressão sem repetição. Aplicado ao Ensino Fundamental (EF) e Médio (EM), o índice orienta políticas educacionais, com a meta nacional de 6,0 pontos, alinhada ao padrão de países desenvolvidos. Instituído pelo Decreto nº 6.094/2007, tornou-se um referencial de qualidade educacional no Brasil (INEP, 2025; Soares, 2024 e Travitzki, 2020).

Compreender a metodologia do IDEB é essencial para interpretar sua concepção de qualidade educacional e garantir transparência nos resultados, evitando fragilidades na accountability. A construção do IDEB considera um trade-off (relações inversas entre variáveis) entre aprovação e desempenho, expresso na fórmula:

$$IDEB_{jt} = N_{jt}xP_{jt} \quad 0 \leq IDEB_j \leq 10$$

Onde:

N_{jt} = proficiência padronizada dos alunos da unidade escolar j ($0 \leq N_j \leq 10$);
 P_{jt} = taxa de aprovação ($0 \leq P_j \leq 1$) da etapa do ensino;
 t = ano de realização do Saeb e do Censo Escolar.

O cálculo de N_{jt} requer a padronização das escalas das provas de Língua Portuguesa e Matemática, subtraindo a nota no exame do limite inferior da proficiência da escola e dividindo pelo intervalo da escala (amplitude). O resultado é a média aritmética das proficiências, multiplicada por 10 para se tornar mais palatável. Já o P_{jt} é calculado pela razão entre o número de anos do ciclo e a média da taxa de aprovação, sem ponderação pelo número de alunos matriculados. A fonte metodológica guarda estreita relação com a compatibilização de desempenhos do Programme for International Student Assessment (Pisa) (Soares, Soares e Santos, 2022). Representado na equação:

$$N_{jt} = \left(\frac{Plp + Pmat}{2} \right) \times 10, \quad P_{jt} = \left(\frac{1}{\left(\frac{N_{aprov}}{N_{matric}} \right)} \right)$$

Onde:

Plp = Proficiência padronizada em Língua Portuguesa
 $Pmat$ = Proficiência padronizada em Matemática
 N_{aprov} = Número de estudantes aprovados
 N_{matric} = Número total de estudantes matriculados

O IDEB, apesar de sua importância, enfrenta críticas devido a limitações, apontadas por Soares et al. (2022), como a exclusão dos alunos ausentes, a diferença nos níveis de proficiência e a forte correlação com o nível socioeconômico das escolas, sem controle desse fator. Além disso, fatores intra e extraescolares que impactam a qualidade do ensino não são considerados. Villani e Oliveira (2018) também destacam que a padronização das metas educacionais pode mascarar desafios locais e gerar desequilíbrios, influenciando as decisões de política educacional e criando uma competição entre escolas que impacta as escolhas das famílias.

Almeida et al. (2013) defendem que a crítica ao IDEB não deve ser direcionada às avaliações externas em si, mas sim à maneira como seus resultados são utilizados. Eles sugerem que o IDEB deve ser analisado junto a outros indicadores para capturar melhor as diferentes dimensões do ensino. O problema está na divulgação do IDEB, que frequentemente atribui à escola a responsabilidade exclusiva pelo desempenho dos alunos, sem considerar fatores como o contexto social, a estrutura da rede de ensino e as políticas públicas, o que pode ter efeitos prejudiciais.

Pesquisadores e gestores consideram o IDEB um

indicador robusto e essencial para políticas públicas, embora reconheçam a necessidade de ajustes. Becker (2021) destaca que a adoção da Teoria de Resposta ao Item (TRI) desde 1996 possibilitou maior comparabilidade dos resultados ao longo do tempo, permitindo um monitoramento mais preciso da qualidade da educação no Brasil.

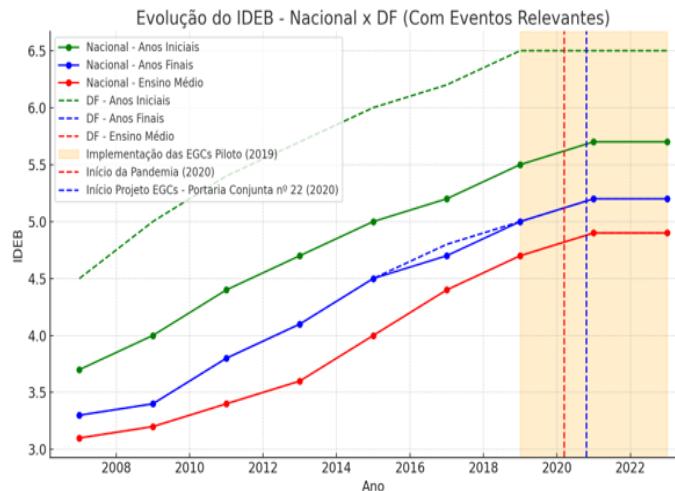
Lima e D'Ascenzi (2011) e Lotta (2013) afirmam que os processos de planejamento, execução e avaliação de políticas públicas são interligados e essenciais para garantir a efetividade das ações do Estado. A avaliação de políticas deve ir além das metas setoriais e considerar impactos amplos e sinérgicos para a sociedade. A implementação dessas políticas é dinâmica e contínua, e as avaliações periódicas são fundamentais para aprimorar as ações e garantir que as metas sejam alcançadas.

No contexto educacional, o IDEB é central para a política de accountability, permitindo o monitoramento da qualidade educacional. No entanto, sua aplicação deve ser aperfeiçoada para refletir melhor as realidades educacionais do país. Em vez de ser rejeitado, deve ser compreendido e aprimorado para contribuir de forma eficaz com a Meta 7 do Plano Nacional de Educação, que visa melhorar a qualidade da educação básica (BRASIL, 2014).

Para que o IDEB seja mais eficaz, é essencial que a avaliação educacional considere a complexidade do processo de ensino-aprendizagem, incluindo fatores como o nível socioeconômico dos alunos, a infraestrutura escolar e a formação dos professores. Aprimorar a metodologia de mensuração do IDEB tornará o indicador mais fiel à realidade educacional, evitando distorções e sobrecarga das escolas e profissionais pela responsabilidade de melhorar os resultados.

Para entender o comportamento do IDEB no DF, é necessário analisar sua correlação com os dados nacionais. O Gráfico 1 faz essa comparação destacando as diferenças no desempenho ao longo do tempo.

Gráfico 1 - Evolução do IDEB Nacional e do Distrito Federal



Fonte: Dados IDEB/INEP. Elaboração própria.

Nota: As linhas pontilhadas dos EFII e do EM (azul e vermelho), no DF, se sobrepõem a linha contínua (azul) dos Anos Finais do IDEB Nacional; há uma pequena variação para mais em 2017 no DF, em relação às duas outras séries históricas.

Ao analisar os dados do IDEB entre 2007 e 2024, observa-se que o DF apresenta um desempenho superior à média nacional, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental (Fundamental I), com uma diferença constante de 0,8 pontos até 2019, que diminui para 0,7 pontos em 2021 e 2023. Para os anos finais do ensino fundamental (Fundamental II), a diferença é quase nula, e no EM, o DF supera a média nacional, com uma vantagem de 0,2 a 0,5 pontos, destacando-se em 2013 e 2015. O desempenho do DF é relativamente estável, mas a vantagem tem diminuído no Fundamental I e melhorado levemente no EM nos últimos anos.

Apesar de se manter acima da média nacional, o desempenho do DF no IDEB pode ser considerado mediano quando comparado a outros indicadores e ao potencial da rede. A capital federal ainda enfrenta altas taxas de reprovação e abandono, e sua posição no ranking nacional para o Fundamental II oscilou entre a 8ª colocação em 2021 (nota 4,9) e a 18ª em 2023 (nota 4,6). Este cenário de resultados moderados chama a atenção, especialmente ao se considerar que a rede de ensino do DF possui vantagens estruturais, como um plano de carreira consolidado e um piso salarial para os professores superior ao nacional (Nakata, 2021; INEP, 2025; Distrito Federal, 2013; Trein e Gil, 2015).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os gráficos a seguir apresentam o desempenho das 16 escolas analisadas individualmente, a partir das séries históricas do IDEB no DF, representadas por cores distintas: verde para os anos iniciais do ensino fundamental (Fundamental I), azul para os anos finais (Fundamental II) e vermelho para o ensino médio (EM). A série comparativa referente ao IDEB do Distrito Federal, que utiliza a mesma nota para os anos iniciais e finais, é apresentada em amarelo.

Para facilitar a análise da evolução dos índices ao longo do tempo, foram traçadas linhas de tendência lineares, obtidas por meio de regressão linear simples. O coeficiente angular foi interpretado como a taxa média de crescimento anual do IDEB, e o coeficiente de determinação foi utilizado para avaliar a qualidade do ajuste. Após o cálculo da trajetória projetada para o período pré-implementação, os dados pós-implementação foram adicionados, permitindo a comparação entre a inclinação estimada e a nova inclinação observada.

Para o tratamento dos dados, foi utilizado o software IA Julius, responsável pela organização das planilhas, geração dos gráficos e cálculo das regressões. As análises estatísticas incluíram o teste t de Student para comparação das médias de desempenho antes e depois da implementação do projeto, considerando um nível de significância de $p < 0,05$. Adicionalmente, foram

analisados os intervalos de confiança de 95% para as médias e o tamanho do efeito, a fim de avaliar a relevância prática das diferenças encontradas.

Ressalta-se que, devido à existência de lacunas na base de dados de algumas escolas, optou-se pela análise apenas dos dados disponíveis, sem aplicação de técnicas de imputação para preenchimento de valores ausentes. Os dados de 2020 foram analisados em perspectiva, considerando o contexto da pandemia de COVID-19 e as orientações do Parecer CNE/CP nº 11/2020, aprovado em 7 de julho de 2020, que recomendou evitar o aumento das taxas de reprovação para prevenir elevação do abandono escolar durante o período pandêmico (BRASIL, 2022).

a. EGCs sem dados para a análise

As escolas CEF 507 de Samambaia, CEF 04 de Planaltina, CED 03 de Sobradinho, CED Estância III de Planaltina e CEF 01 do Riacho Fundo II ingressaram no projeto em diferentes condições. As duas primeiras são oriundas do Pecim, a terceira participou do projeto-piloto do GDF e as duas últimas ingressaram no programa em 2020. Logo, todas já passaram por ciclos avaliativos, mas não possuem dados suficientes para uma análise sobre os efeitos da Gestão Compartilhada. O CEF 04 de Planaltina e o CEF 01 do Riacho Fundo II são compartilhados com o CBMDF.

O CEF 507 de Samambaia apresentou oscilação no IDEB no Fundamental II, iniciando em 3,2 (2007), alcançando 3,9 (2013) e caindo para 2,9 (2015) o que pressupõe dificuldades no desempenho acadêmico. Embora a escola tenha registrado uma recuperação parcial, com o índice voltando a 3,2 (2019), esse desempenho ainda se manteve abaixo da média do DF. A tendência do IDEB da escola era de queda até 2019. Já o CEF 04 também apresentava tendência de queda no IDEB, com notas no Fundamental II abaixo da média do DF desde 2013.

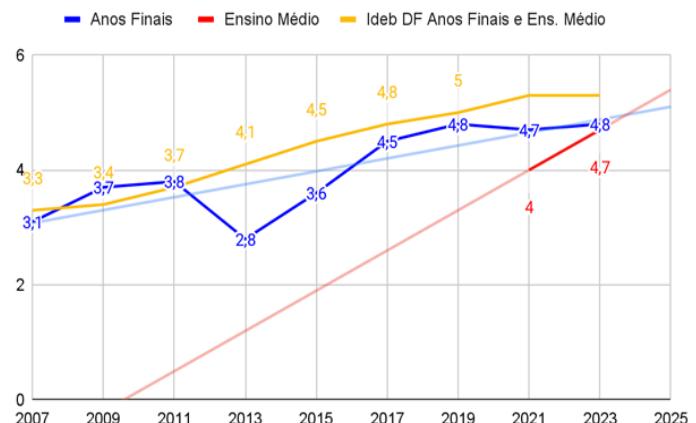
Nos anos finais, o CED 03 de Sobradinho manteve o IDEB em 4,0 (2007 e 2011), atingindo 4,6 (2013), mas caindo para 4,2 (2017). A escola esteve acima da média do DF até 2011, mas a série histórica foi interrompida em 2017. Os dados indicavam uma tendência de alta no Fundamental II. Após a implantação da Gestão Compartilhada, o IDEB do EM registrou 4,4 pontos.

O CED Estância III de Planaltina teve um crescimento modesto no IDEB de 3,1 (2007) para 3,4 (2023) no Fundamental II, ainda ficando 1,9 pontos abaixo do IDEB do DF, os dados não são suficientes para traçar uma tendência.

ACEF 01 do Riacho Fundo II apresentou crescimento nos indicadores desde 2009, com uma linha de tendência indicando evolução, embora o distanciamento em relação ao IDEB do DF tenha aumentado ao longo do tempo. Nos anos finais, o IDEB chegou a 4,5 em 2019, com tendência de alta, ficando 0,5 abaixo da média do DF.

b. EGC com dados indicando tendência de melhoria

Gráfico 2 - Nota do IDEB - Escola CED 416 de Santa Maria



Fonte: Dados IDEB/INEP. Elaboração própria.

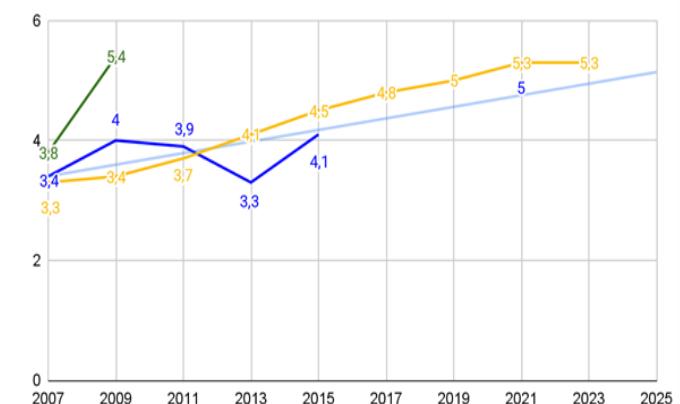
Nota: A área hachurada de laranja corresponde à entrada da escola no projeto.

O CED 416 de Santa Maria tornou-se uma EGC em 2020, por meio do Pecim, e foi tutelado pelo CBMDF. Desde então, os dados do IDEB mostram uma tendência de estabilidade e crescimento moderado. No Fundamental II, o índice foi de 4,8 (2019), caiu para 4,7 (2021) e voltou a 4,8 (2023), com uma tendência geral de melhora. No EM, o índice passou de 4,0 (2021) para 4,7 (2023), um aumento de 17,5%.

Há tendência de melhora na escola após a implantação da EGC. A estabilidade nos anos finais sugere que a escola conseguiu sustentar os avanços obtidos, enquanto a melhora no EM reflete um impacto positivo mais evidente. A tendência observada sugere que a adoção do modelo contribuiu para fortalecer o desempenho educacional da instituição. Apesar da leve queda na primeira avaliação pós-pandemia, a tendência se manteve em alta.

Gráfico 3 - Nota do IDEB - Escola CEF 05 do Gama

■ Anos Iniciais ■ Anos Finais ■ Ideb DF Anos Finais e Ens. Médio

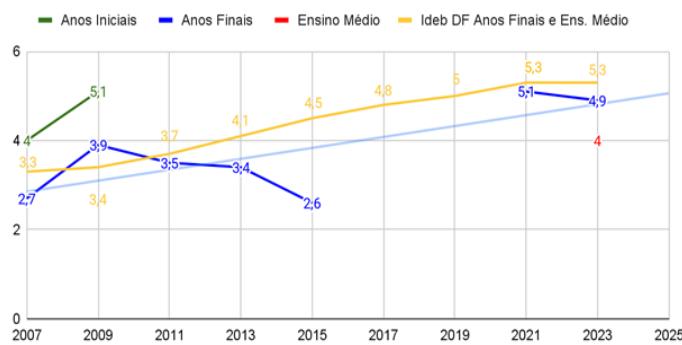


Fonte: Dados IDEB/INEP. Elaboração própria.

Nota: A área hachurada de laranja corresponde à entrada da escola no projeto.

O CEF 05 do Gama tornou-se uma EGC em 2020, sendo acompanhado pela PMDF. Em 2015, a série histórica do Fundamental II foi interrompida e a do Fundamental I não avançou desde 2009. Em 2021, a escola obteve seu melhor IDEB nos anos finais, com valor-p de 0,05, indicando uma tendência estatisticamente significativa. O IDEB de 2021 ficou abaixo da média do DF (-0,3). Comparando a média do IDEB de 2007 a 2015 (3,8) com o de 2021, houve um aumento de 31,57%, uma diferença angular de 8,40°. A tendência observada indica que a implementação do modelo teve um impacto positivo no fortalecimento do desempenho educacional da instituição.

Gráfico 4 - Nota do IDEB - Escola CED 308 do Recanto das Emas



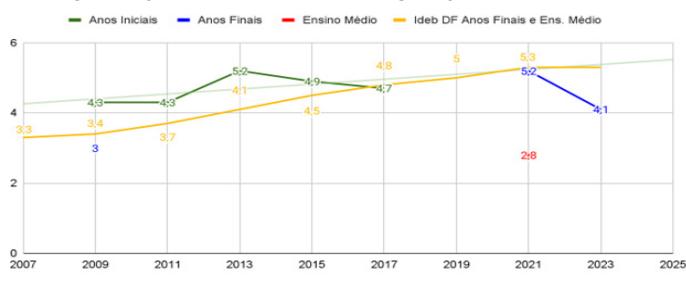
Fonte: Dados IDEB/INEP. Elaboração própria.

Nota: A área hachurada de laranja corresponde à entrada da escola no projeto.

Nos anos finais, o CED 308 do Recanto das Emas, sob Gestão Compartilhada entre SEEDF e PMDF, apresentou oscilações expressivas no IDEB, variando de 2,7 em 2007 para 4,9 em 2023. A escola, integrante do projeto-piloto do GDF de 2019, enfrentou quedas significativas em 2013 e 2015, mas demonstrou recuperação nos últimos anos, já sob a EGC no Fundamental II. A análise das tendências mostra que, ao excluir as notas anteriores à EGC, a inclinação da linha de tendência era negativa (-0,07). Com a inclusão dos dados pós-implantação, a inclinação tornou-se positiva (0,2893), resultando em uma diferença angular de 20,13°.

Embora as notas de 2021 e 2023 tenham permanecido abaixo da média do DF (-0,2 no Fundamental II e -0,4 e -1,3 no Fundamental I e EM, respectivamente), a comparação das tendências sugere uma melhora após a adoção da EGC, mesmo com o recuo de 0,2 no IDEB entre 2021 e 2023 no Fundamental II.

Gráfico 5 - Nota do IDEB - Escola CED 01 da Estrutural



Fonte: Dados IDEB/INEP. Elaboração própria.

Nota: A área hachurada de laranja corresponde à entrada da escola no projeto.

O CED 01 da Estrutural integrou o projeto-piloto da EGC em 2019 tutelado pela PMDF. No EM, o IDEB de 2021 foi 2,8, valor inferior à média do DF (5,3 em 2021), mas sua inclusão na avaliação representa um avanço para o monitoramento e definição de estratégias de melhoria. Nos anos finais do EF, a escola registrou 5,2 em 2021, mas sofreu uma queda significativa para 4,1 em 2023, refletindo uma variação de mais de 21%.

Apesar das oscilações, a tendência geral aponta para alta, considerando que, em 2009, a escola obteve nota 3. No entanto, o IDEB manteve-se bem abaixo da média do DF. Após a implantação da EGC, houve melhora inicial nos anos finais do Fundamental I, seguida por recuo entre 2021 e 2023, acima do patamar inicial.

Gráfico 6 - Nota do IDEB - Escola CED 07 de Ceilândia



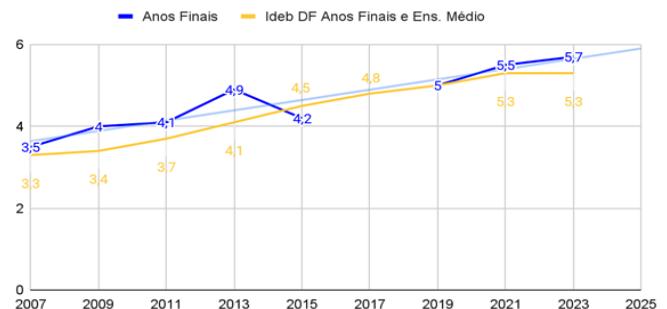
Fonte: Dados IDEB/INEP. Elaboração própria.

Nota: A área hachurada de laranja corresponde à entrada da escola no projeto.

No Fundamental II o CED 07 de Ceilândia demonstrou uma trajetória de crescimento gradual. O IDEB subiu de 2,7 (2007) para 4,8 (2023), representando um aumento significativo de 2,1 pontos. Apesar de oscilações pontuais, os dados revelam um progresso consistente e tendência de alta, embora o desempenho ainda esteja abaixo do IDEB do DF.

Gerido de forma compartilhada entre SEEDF e PMDF, os dados sugerem tendência de melhora na escola após a implantação da EGC. Ao adicionar o último ponto de dados (4,8) à linha de tendência fez com que a inclinação aumentasse cerca de 6,03°, o que representa uma diferença de inclinação de cerca de 10,57%.

Gráfico 7 - Nota do IDEB - Escola CEF 01 do Núcleo Bandeirante

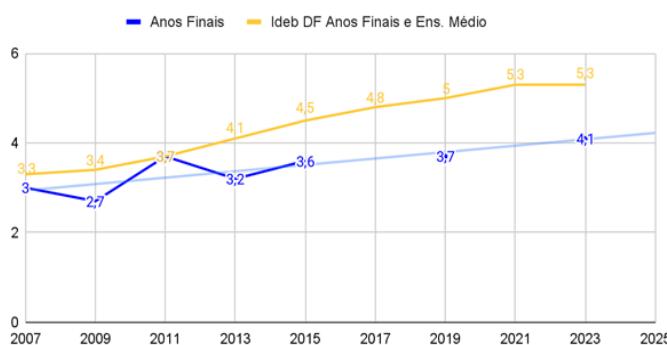


Fonte: Dados IDEB/INEP. Elaboração própria.

Nota: A área hachurada de laranja corresponde à entrada da escola no projeto.

O CEF 01 do Núcleo Bandeirante adotou a Gestão Compartilhada entre SEEDF e CBMDF após a publicação da portaria conjunta em 2020. A escola apresentou uma trajetória consistente de crescimento, subindo de 3,5 em 2007 para 5,7 em 2023, o que representa um aumento de 2,2 pontos, com tendência de alta tanto antes quanto após a implementação do projeto. Considerando os períodos de 2007 a 2019 e de 2021 a 2023, ambas as linhas de tendência indicam crescimento, com uma elevação na inclinação da linha de tendência, formando um ângulo de aproximadamente 2,24°.

Gráfico 8 - Nota do IDEB - Escola CEF 01 do Paranoá



Fonte: Dados IDEB/INEP. Elaboração própria.

Nota: A área hachurada de laranja corresponde à entrada da escola no projeto.

O modelo de Gestão Compartilhada foi implantado no CEF 01 do Paranoá em março de 2022 e a publicação da portaria em março de 2023. A escola é gerida de forma compartilhada entre SEEDF e CBMDF. Seu IDEB apresentou uma trajetória de flutuações no Fundamental II, com nota de partida de 3,0 em 2007 e alcançando 3,7 em 2011. A nota sofreu oscilações até atingir 4,1 em 2023, abaixo do IDEB distrital (5,3). A linha de tendência já indica alta antes da EGC, contudo ao adicionar o ponto de dados extra (2023) a inclinação muda ligeiramente, resultando em uma pequena diferença entre as linhas de tendência e um ângulo de cerca de 1,27° entre elas, apontando melhoria no índice.

Gráfico 9 - Nota do IDEB - Escola CED 02 de Brazlândia



Fonte: Dados IDEB/INEP. Elaboração própria.

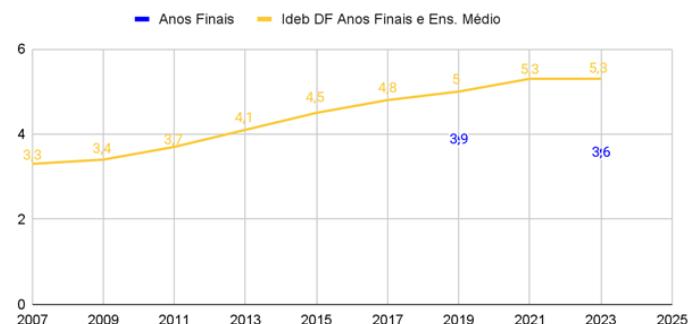
Nota: A área hachurada de laranja corresponde à entrada da escola no projeto.

O CED 02 de Brazlândia também iniciou a Gestão Compartilhada em março de 2022, após aprovação de 85% da comunidade escolar, e ficou aguardando a publicação da portaria, que ocorreu em março de 2023, gerido de forma compartilhada entre SEEDF e CBMDF.

No Fundamental II, o desempenho do CED 02 oscilou ao longo dos anos. O IDEB começou em 4,0 (2007), caiu para 2,8 (2015), mas se recuperou significativamente em 2023, alcançando 5,7, superando a média distrital. O ângulo entre as linhas de tendência antes e após 2023 é de cerca de 10,88° (aproximadamente 19%), indicando uma mudança significativa de uma linha que estava quase horizontal.

c. EGCs com dados indicando tendência de queda

Gráfico 10 - Nota do IDEB - Escola CED 01 do Itapoã

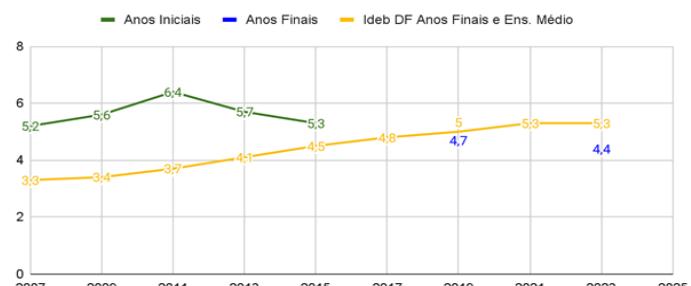


Fonte: Dados IDEB/INEP. Elaboração própria.

Nota: A área hachurada de laranja corresponde à entrada da escola no projeto.

O CED 01 do Itapoã, gerido de forma compartilhada entre SEEDF e PMDF desde 2020, apresentou uma queda nos índices de desempenho educacional. O IDEB da escola diminuiu de 3,9 para 3,6, refletindo uma redução de aproximadamente 7,7%. Esse resultado contrasta com a estabilidade da média do IDEB do DF, que permaneceu entre 5,0 e 5,3 no mesmo período. A queda na nota do IDEB após a implantação da Gestão Compartilhada é de -0,3 em relação a 2019 e -1,7 na comparação com a média do DF no mesmo período. Além disso, os dados de 2019 precisam considerar a pandemia de COVID-19.

Gráfico 11 - Nota do IDEB - Escola CEF 19 de Taguatinga



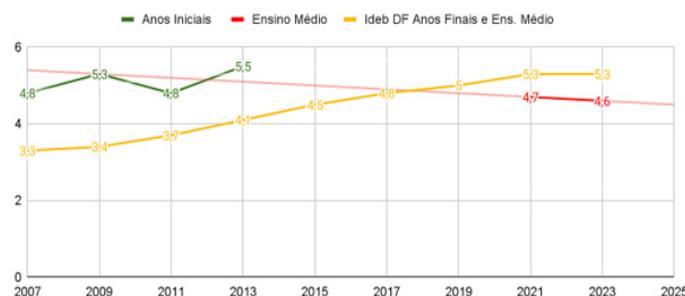
Fonte: Dados IDEB/INEP. Elaboração própria.

Nota: A área hachurada de laranja corresponde à entrada da escola no projeto.

O CEF 19 de Taguatinga passou a ser gerido de forma compartilhada entre SEEDF e CBMDF após a publicação da Portaria nº 22 em outubro de 2020. No Fundamental I, o IDEB apresentou crescimento progressivo, subindo de 5,2 para 6,4 em seu melhor desempenho, seguido por uma queda para 5,7 e 5,3 em 2013 e 2015, respectivamente. A série histórica foi interrompida após esses anos.

Quanto ao Fundamental II, a escola obteve um IDEB de 4,7 em 2019 e 4,4 em 2023, apresentando uma diminuição de -0,3 pontos. Vale ressaltar que os dados de 2019 podem precisar ser revisados, levando em consideração o impacto da pandemia de COVID-19. A nota obtida após a implantação da Gestão Compartilhada é inferior à de 2019 em -0,3 pontos e está -0,9 ponto abaixo da média do DF.

Gráfico 12 - Nota do IDEB - Escola CEF 407 de Samambaia



Fonte: Dados IDEB/INEP. Elaboração própria.

Nota: A área hachurada de laranja corresponde à entrada da escola no projeto.

O CEF 407 de Samambaia passou a ser gerido de forma compartilhada entre SEEDF e CBMDF, após a publicação da Portaria nº 22 em outubro de 2020.

A escola apresentou crescimento no Fundamental I, subindo de 4,8 para 5,3 e, depois, para 5,5, o que representa uma melhoria de cerca de 14,6%. No entanto, devido à interrupção da série histórica a partir de 2015, não é possível confirmar a continuidade desse crescimento.

No Ensino Médio, os resultados do CEF 407, com notas de 4,7 e 4,6, indicam desempenho inferior à média do DF, que foi de 5,3 no mesmo período. Houve uma redução de -0,1 nas notas da escola, o que aponta para uma tendência de queda. Após a implantação da Gestão Compartilhada, não é possível comparar a nota obtida com as anteriores devido à falta de dados, mas a linha de tendência entre 2021 e 2023 mostra um decréscimo, ampliando a distância em relação à média do DF.

Os dados do IDEB evidenciam um crescimento contínuo da qualidade da educação básica no Brasil no período, o DF manteve um desempenho superior ao índice nacional em todas as etapas de ensino. A análise dos dados do IDEB entre 2019 e 2023 permite avaliar os primeiros impactos da iniciativa das EGCs, além disso, buscaram-se os dados desde o início da série histórica do IDEB para considerar as curvas de tendência e os caminhos percorridos pelas escolas até então.

Ao todo foram observados dados das 23 EGCs, contudo 7 escolas ainda não passaram pelo ciclo de

avaliação do IDEB por terem ingressado no projeto em 2024 (CEF 01 do Lago Norte) e 2025, as outras 16 escolas que começaram suas atividades como escolas do projeto-piloto em 2019, foram adicionadas pelo fim do Pecim à Gestão Compartilhada do GDF, foram incluídas por meio da Portaria Conjunta nº 22 de 28 de outubro de 2020 ou foram incluídas pela Portaria Conjunta nº 03 de 28 de março de 2023 foram avaliadas.

Os dados analisados demonstram que a implementação da Gestão Compartilhada teve impactos positivos. Entre as 16 instituições com informações disponíveis, 50% apresentaram uma tendência de melhora no IDEB após a adoção do modelo, enquanto 18,75% indicaram queda e 31,25% não possuíam dados suficientes para a análise conclusiva. Considerando que as escolas foram escolhidas com base em indicadores de vulnerabilidade educacional, o aumento do desempenho em metade das instituições pode ser interpretado como um avanço relevante, especialmente em um contexto de retomada pós-pandemia. Além disso, a permanência de pelo menos uma escola no ranking das melhores notas do IDEB após a implementação reforça a hipótese de que o modelo pode gerar impactos sustentáveis no longo prazo.

Os resultados da análise também evidenciam diferenças na evolução do desempenho das escolas sob responsabilidade da PMDF e do CBMDF. Entre as 8 escolas geridas pelo CBMDF com dados disponíveis, 4 apresentaram melhora (50%), 2 não possuíam informações suficientes para avaliação (25%) e 2 demonstraram tendência de queda (25%). No caso das 8 escolas sob gestão da PMDF, 4 registraram melhora (50%), 3 não tiveram dados suficientes para avaliação (37,5%) e 1 apresentou queda no desempenho (12,5%). Esses números indicam que, até o momento, as escolas administradas pelo CBMDF e pela PMDF demonstram taxas de sucesso semelhantes na implementação do modelo.

Antes da implantação do modelo de EGC, apenas três escolas figuraram entre as dez melhores notas do IDEB no Fundamental II em diferentes edições: o CED 02 de Brazlândia, na 10ª posição em 2007; o CED 03 de Sobradinho, na 10ª posição em 2011; e o CEF 01 do Núcleo Bandeirante, na 8ª posição em 2013. Nenhuma dessas escolas se manteve no ranking por mais de um ano antes da adoção da EGC.

Com a implantação da EGC, observou-se uma melhora no desempenho dessas escolas. Em 2021, o CED 03 de Sobradinho alcançou a 7ª posição, enquanto o CEF 01 do Núcleo Bandeirante ficou na 4ª colocação. Em 2023, o CEF 01 manteve-se entre as melhores, ocupando a 5ª posição, e o CEF 19 de Taguatinga apareceu na 8ª colocação.

Assim, após a implantação da EGC, verifica-se um padrão em que, a cada edição do IDEB, ao menos duas escolas da Gestão Compartilhada figuram no ranking, sendo que o CEF 01 do Núcleo Bandeirante demonstrou maior consistência ao permanecer na lista ao longo dos anos. As três primeiras colocações foram do Colégio Militar de Brasília, o Colégio Militar Dom Pedro II e o Colégio Militar Tiradentes, respectivamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental ressaltar que os resultados aqui apresentados, embora indiquem uma tendência positiva em metade das escolas, devem ser interpretados como uma forte correlação entre a implementação do modelo de Gestão Compartilhada e a melhora no IDEB, e não necessariamente como uma relação de causalidade direta. Esta ressalva se faz necessária ao reconhecer as limitações do estudo, como a ausência de controle sobre variáveis externas que poderiam influenciar os resultados. Fatores como o perfil socioeconômico dos alunos, que possui forte correlação com o desempenho no índice, a implementação de outras políticas públicas educacionais paralelas, possíveis mudanças no corpo docente ou investimentos pontuais na infraestrutura das unidades são variáveis intervenientes que não foram isoladas nesta análise. Assim, embora a EGC se apresente como um fator relevante na trajetória de melhora observada, a sua contribuição exata deve ser ponderada dentro de um contexto educacional mais amplo.

Antes da implementação do projeto, a presença de uma das escolas analisadas no ranking das dez melhores do DF era um evento pontual e isolado, sem permanência por mais de uma edição do IDEB. Após a adoção do modelo, observa-se um padrão em que ao menos duas escolas do programa figuram no ranking a cada edição. A trajetória do CEF 01 do Núcleo Bandeirante, que se manteve entre as melhores em 2021 e 2023, reforça a ideia de que o modelo pode ajudar a sustentar o desempenho de alto nível a longo prazo.

A análise mostra que a implementação do modelo não garante a melhoria automática do IDEB. Cerca de 18,75% das escolas apresentaram tendência de queda mesmo após a intervenção, como o CED 01 do Itapoã e o CEF 19 de Taguatinga. Isso sugere que a Gestão Compartilhada é um fator relevante, mas seu sucesso provavelmente depende da interação com outras variáveis não controladas no estudo, como a gestão pedagógica específica da unidade, o engajamento do corpo docente e o perfil da comunidade escolar.

Escolas como o CED 01 da Estrutural apresentaram uma melhora inicial expressiva, seguida por uma queda significativa, embora ainda permanecendo acima do patamar inicial. Por outro lado, o CED 02 de Brazlândia, que entrou no projeto em 2022, teve uma recuperação notável já em 2023, saltando de um histórico de queda para uma nota que superou a média distrital. Essa variação pode indicar que os efeitos positivos do modelo podem se manifestar em ritmos diferentes, dependendo das condições preexistentes de cada escola.

Os dados mostram que tanto as escolas sob gestão do CBMDF quanto as da PMDF apresentaram taxas de sucesso idênticas, com 50% de melhora em ambos os grupos. Isso sugere que os potenciais benefícios do programa derivam da estrutura de gestão e da presença de disciplina em si, e não de uma cultura ou metodologia específica de uma das corporações militares em detrimento da outra.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. C.; DALBEN, A.; FREITAS, L. C.. O Ideb: *limites e ilusões de uma política educacional*. *Educação & Sociedade*, v. 34, p. 1153-1174, 2013. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 set. 2019.
- BECKER, K. L.. *Uma análise da contribuição do Fundeb sobre a qualidade da educação pública dos municípios brasileiros*. Texto para Discussão, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10557/1/t_d_2641.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 31 jan. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 04 fev. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, DF e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília: Planalto. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 20 set. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: Planalto. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10004.htm. Acesso em: 20 set. 2019.
- BRASIL. Casa Civil. **MEC apresenta os resultados do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/mec-apresenta-os-resultados-do-programa-nacional-das-escolas-civico-militares>. Acesso em: 04 fev. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP Nº:**

11/2020. Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da pandemia. Aprovado em: 07/07/2020. Disponível em: <https://l1nk.dev/oB0mL>. Acesso em: 07 de dezembro de 2022.

CEPMG, Colégios Militar da Polícia Militar do Estado de Goiás. Histórico e Institucional. Comando de Ensino da Polícia Militar. 2025. Disponível em: <https://www.portalcepmg.com.br/>. Acesso em: 25 de mar. 2025.

CONSED, Conselho Nacional de Secretários de Educação. Gestão compartilhada tem sido efetiva na prevenção de casos de agressão no ambiente escolar. 2022. Disponível em: <https://www.consed.org.br/noticia/zero-violencia-nas-escolas-civico-militares>. Acesso em: 04 fev. 2025.

DEPA, Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial. Sistema Colégio Militar do Brasil. Exército Brasileiro. Disponível em: <https://www.depa.eb.mil.br/sistema-colegio-militar-do-brasil>. Acesso em: 25 de mar. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Portaria Conjunta nº 22, de 28 de outubro de 2020. Dispõe sobre a implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada, entre a SEEDF e a SSP/DF. 2020. Disponível em: <https://acesse.one/1VoJl>. Acesso em: 3 fev. 2025.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 5.105, de 03 de maio de 2013. Reestrutura a carreira Magistério Público do Distrito Federal e dá outras providências. (Autoria do Projeto: Poder Executivo) Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/74206/Lei_5105_2013.html. Acesso em: 19 de fev. 2025.

DISTRITO FEDERAL. SEEDF: Secretaria de Estado de Educação do DF . Censo Escolar DF. Disponível em: <https://l1nk.dev/QIA6n>. Acesso em: 07 de março de 2025.

GIL, N. L., A quantificação da qualidade: algumas considerações sobre os índices de reprovação escolar no Brasil. Sociologias [Internet]. 2021 Jan;23(56):184–209. Disponível em: <https://enqr.pw/ks47c>. Acesso em: 30 de jan. 2005.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais. 2025 Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/metas>. Acesso em: 29 de jan. 2025.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação e avaliação de políticas públicas: intersecções, limites e continuidades. Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil, p. 127, 2019.

LOTTA, G. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, p. 11-38, 2019.

MEC, Ministério da Educação. Piso salarial dos professores tem reajuste acima da inflação. Assessoria de Comunicação Social do MEC - Publicado em 31/01/2025 08h21. Disponível em: <https://l1nk.dev/PP3IK>. Acesso em: 29 de jan. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. Boletim Técnico “Escola que Protege: Dados sobre Violências nas Escolas”. Ministério da Educação. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Unesco no Brasil. ObservaDH - MDHC nº 571/2023. Disponível em: <https://l1nk.dev/dsyka>. Acesso em: 29 de jan. 2025.

MIRANDA, E. M. C., e SILVA, F. T. Escolas cívico-militarizadas no Brasil: um estado do conhecimento no Brasil. Educação, 48(1), e78/1–24. 2023. Disponível em: <https://l1nq.com/q7ezD>. Acesso em: 07 de mar. de 2025.

NAKATA, C. H. Escola de Gestão Compartilhada: modelo que ameaça a gestão democrática ou coloca-se como opção para melhorar a educação do Distrito Federal? v. 8 n. 1 (2021): Revista Com Censo: Estudos Educacionais do DF. Disponível em: <https://acesse.one/22poU>. Acesso em: 19 de fev. 2025.

SANTOS, C. A., ALVES, C. A., MOCARZEL, M., & MOEHLCKE, S. Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - ANPAE, 2019. <https://doi.org/10.21573/vol35n32019.99295>. Acesso em: 19 de fev. 2025.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P., Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. Educação & Sociedade, v. 34, p. 903-923, 2013. Disponível em: <https://enqr.pw/CHzzd>. Acesso em: 26 de fev. 2025.

SOARES, D. J. M., SOARES, T. E. A. S., SANTOS W., O algoritmo do Ideb e as metas projetadas para a Educação brasileira: uma análise estatístico-matemática . Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 31, p. e0233312, 2022. Disponível em: <https://l1nq.com/ZZYkx>. Acesso em: 29 de jan. 2005.

SOARES, Denilson Junio Marques; DOS SANTOS, Wagner. **Data Envelopment Analysis as a Tool for Identifying Reference Schools: A Study in the Context of High School in a Brazilian State.** Journal on Efficiency and Responsibility in Education and Science, v. 17, n. 4, p. 314–327-314–327, 2024.

SSP/DF, Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. **Nota Técnica de implementação das Escolas de Gestão Compartilhada e Indicador de Vulnerabilidade Escolar.** Brasília - SSP/DF. 2019.

TOMASINI, A. J.; PEREIRA, F. M.; HOLANDA, M. A. F. **Uma Análise Bioética das Escolas Cívico-Militares no Distrito Federal.** Educação e Realidade, v. 48, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/6JdPCWshJLgpSypncsPY7RS/>. Acesso em: 19 de fev. 2025.

TRAVITZKI, R. **Qual é o grau de incerteza do Ideb e por que isso importa? Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação,** 28 (107), 500–520, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/pQL73NQVkgPcWSxDtzFb5Tj/?lang=pt>. Acesso em: 30 de jan. 2025.

TREIN, L. D. & GIL, J. **Mapa dos planos de carreira docente no Brasil.** FINEDUCA - Revista De Financiamento Da Educação, 5. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/fineduca-2236-5907-v5-67565>. Acesso em: 19 de fev. 2025.

VILLANI, M; OLIVEIRA, D. **Avaliação Nacional e Internacional no Brasil:** os vínculos entre o PISA e o IDEB. Educação & Realidade, v. 43, p. 1343-1362, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623684893>. Acesso em: 19 de fev. 2025.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Débora Ribeiro Olinda, pelo apoio técnico e científico prestado ao longo do desenvolvimento deste trabalho, que contribuíram significativamente para os resultados aqui apresentados.